

APRESENTAÇÃO:

Uma política de vestibulares para a Universidade de São Paulo

CELSO DE RUI BEISIEGEL¹

Esta exposição é dedicada ao relato e à justificativa das mudanças introduzidas nos exames vestibulares da FUVEST durante minha gestão na Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo, entre fevereiro de 1990 e agosto de 1993.

Nas últimas décadas, o ingresso na Universidade vem assumindo a condição de um dos mais dramáticos e traumatizantes desafios para grande parte de nossa juventude. Os exames vestibulares da Fuvest recebem, anualmente, mais de cem mil candidatos. Afetam, assim, direta ou indiretamente, no mínimo cerca de meio milhão de pessoas. Com tanta gente envolvida em processo tão perturbador e significativo, compreendem-se perfeitamente os cuidados e a extrema cautela que cercam a organização e a realização desses exames vestibulares.

Os exames da Fuvest vêm sendo inegavelmente bem sucedidos. Nunca ocorreu na Fuvest o sempre temível fenômeno da quebra de sigilo das provas. Raramente aconteceram erros ou imprecisões na elaboração das perguntas. Os resultados têm sido recebidos como *decisões legítimas* pelos interessados, pelos especialistas e pela opinião pública em geral. Por tudo isso, eventuais propostas de mudança na organização e na condução dos vestibulares sempre foram examinadas com extrema prudência.

Apesar destas condições favoráveis à manutenção dos procedimentos, os resultados dos vestibulares da Fuvest, em 1990, impuseram reflexões e deter-

¹ Professor da Faculdade de Educação (FE/USP). Pró-Reitor de Graduação da USP, de 1990 a 1993.

minaram mudanças. No ano anterior, o Conselho de Graduação (COG) da Universidade de São Paulo havia aprovado propostas de introdução de *disciplinas eliminatórias* específicas para os diferentes cursos, com nota mínima três. O Conselho de Graduação aprovou, ainda, a *média geral eliminatória três*, para todos os cursos. A *prova de redação* também eliminava os candidatos que não obtivessem a nota mínima três. A somatória dessas exigências teve um efeito perverso. Das 6.802 vagas então oferecidas pela Universidade nos seus diferentes cursos, 907 deixaram de ser preenchidas. O não preenchimento das vagas disponíveis afetava principalmente os cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do campus da Capital.

Quadro I Primeiro Vestibular de 1990

CURSOS	vagas	sobras
Português (d)	102	40
Português (n)	102	64
Latim (d)	29	26
Latim (n)	28	22
Grego (d)	29	22
Grego (n)	28	22
Árabe (n)	20	17
Armênio (n)	15	15
Chinês (n)	15	13
Hebraico (n)	20	17
Japonês (d)	29	1
Japonês (n)	28	13
Russo (d)	20	14
Russo (n)	20	13
Espanhol (d)	32	22
Espanhol (n)	32	15
Italiano (d)	32	17
Italiano (n)	32	15
Linguística (d)	24	13
Linguística (n)	23	5
Ciências Sociais (d)	100	3
Ciências Sociais (n)	100	2
Filosofia (d)	80	28
Filosofia (n)	80	9
Geografia (d)	80	29
Geografia (n)	80	21
História (d)	130	24
História (n)	130	27

FUVEST – Relatório do Vestibular de 1990. P. 22.

Os exames vestibulares de 1990 deixaram de preencher as vagas de muitos outros cursos da USP:

Quadro II Primeiro Vestibular de 1990

CURSOS	vagas	sobras
Matemática – Licenciatura (d)	50	19
Matemática – Licenciatura (n)	100	7
Pedagogia (d)	60	18
Pedagogia (n)	60	27
Educação Física – Licenciatura	100	36
Enfermagem – S. Paulo	80	43
Terapia Ocupacional	25	4
Nutrição	40	7
Geologia	50	4
Meteorologia	20	9
Biblioteconomia (d)	15	4
Biblioteconomia (n)	15	10
Artes Cênicas – Licenciatura	10	8

FUVEST – Relatório do Vestibular de 1990, p. 22.

O extremo rigor dos exames determinou o não preenchimento de todas as vagas disponíveis também nos cursos mantidos pela USP no interior do Estado.

Quadro III Primeiro Vestibular de 1990 (campi do interior)

CURSOS	vagas	sobras
Ciências Biológicas – R. Preto	40	22
Farmácia e Bioquímica – R. Preto	50	14
Enfermagem – R. Preto	80	65
Zootecnia – Pirassununga	20	10
Fonoaudiologia – Bauru	25	5
Matemática – São Carlos	40	29
Química – Ribeirão Preto	40	23
Economia doméstica – Piracicaba	25	18

FUVEST – Relatório do Vestibular de 1990, p. 22.

Uma primeira observação indica que os cursos tradicionalmente mais prestigiados e mais procurados não apresentaram vagas ociosas. As vagas disponíveis em Medicina, Engenharia, Direito, Odontologia, Farmácia, Veterinária... etc., duramente disputadas por grandes contingentes de jovens escolarmente competitivos foram todas preenchidas. As vagas ociosas ocorreram principalmente em cursos que encaminhavam seus alunos para ocupações social e economicamente menos compensadoras.

Tais resultados eram preocupantes, por várias razões: em primeiro lugar, porque, numa conjuntura em que tudo o que é público, no país, se encontrava sob crítica e suspeição (inícios do governo Collor), o pleno aproveitamento da capacidade formadora dos cursos constituía-se em requisito importante na defesa da Universidade. Por outro lado, o não preenchimento das vagas afetava cursos que encaminham seus alunos para ocupações eventualmente pouco prestigiadas, mas que são essenciais sob o ponto de vista de sua importância para o futuro do país. Incluem-se, aí, sobretudo, os cursos de formação de professores e especialistas para a rede de escolas do ensino de primeiro e segundo grau. Se aos candidatos a esses cursos não forem acessíveis os estudos nas universidades públicas, os futuros professores de nossas novas gerações só poderão recorrer às escolas particulares, quase sempre de qualidade precária. O prejuízo social daí decorrente dispensa outras considerações.

Em artigo publicado na imprensa, o reitor Roberto Lobo já havia definido com precisão as orientações assumidas pela USP, durante sua gestão, no que concerne às vagas ociosas:

"Diante da existência de vagas ociosas em carreiras de magistério, o que, aliás, constitui um compromisso histórico da USP, haveria três opções possíveis: 1) manter o vestibular com muitas provas eliminatórias (por que não todas? Por que não nota mínima 7? Por que não provas cada vez mais difíceis?), que não afetariam as carreiras de alta procura e fechariam de vez alguns cursos em que os candidatos não atingissem o padrão exigido. A USP provavelmente não formaria mais professores para o primeiro e o segundo graus. Os mestres de nossos filhos seriam formados em escolas de fim de semana, sem possibilidade de transferir qualquer conteúdo em seus cursos; 2) reduzir o número de provas eliminatórias, admitindo os candidatos que superassem os critérios mais realistas impostos pela nova sistemática, diminuindo o número de vagas ociosas, mas exigindo deles bom desempenho durante o curso, estimulando-os, pela convivência acadêmica com 50 mil alunos de graduação e pós-graduação (35 mil e 15 mil, respectivamente) e com um respeitável corpo docente, a se tornarem profissionais competentes; e 3) manter aberto o número de vagas desses cursos e, através de um vestibular como o de 1990, conservar permanentemente ociosos as vagas, os professores, as bibliotecas e os laboratórios. Esta última solução não pode ser sustentada por uma instituição séria, que valoriza seus compromissos com a sociedade que a sustenta. E, talvez ainda mais importante, com a ética e com a verdade.

A USP optou, corretamente, pela segunda hipótese."

Acolhendo estas orientações, o Conselho de Graduação aprovou a realização de um segundo vestibular, ainda em 1990, com a intenção de possibilitar o preenchimento das vagas remanescentes e, em seguida, adotou novas diretrizes para o recrutamento de alunos na USP. As exigências de nota mínima três em disciplinas específicas, e a média geral eliminatória três, foram suprimidas. Foi mantida, para os vestibulares subsequentes, a prova de redação obrigatória, com nota mínima três. Respeitada esta exigência, **os exames vestibulares deveriam passar a preencher todas as vagas iniciais estabelecidas pelas unidades, selecionando, para isso, os melhores alunos disponíveis entre os candidatos que se apresentassem para cada um dos cursos.** Esta orientação foi consolidada e retificada em 1993. Percebeu-se, então, que ao ficar como a única prova de caráter eliminatório, com nota três, a prova de redação perdera eficácia, deixando de discriminar os alunos que efetivamente tinham condições de ingressar na Universidade. A análise dos resultados dos últimos vestibulares demonstrava que as bancas da prova de redação relutavam em atribuir aos candidatos notas menores do que três. Introduzia-se, com isso, séria distorção na classificação final dos candidatos. Por outro lado, na prática anulava-se a intenção de favorecer o ingresso de candidatos, com bom domínio da comunicação escrita. Com a finalidade de devolver à redação a importância que deve ter nos vestibulares, o Conselho de Graduação optou por retirar o caráter eliminatório da prova, mantendo sua participação na classificação dos candidatos. Como resultado dessa providência, **os vestibulares da Fuvest finalmente passaram a apresentar-se, agora, como exames puramente classificatórios.**

Sob a perspectiva de uma política de recrutamento de alunos, foram estas as principais mudanças introduzidas nos exames vestibulares da Fuvest durante a administração Lobo. Mas, convém ainda observar que as características dos exames e os procedimentos adotados em sua realização foram objetos de análises e discussões durante toda a gestão. Essas análises culminaram com a realização de um **Debate sobre os Vestibulares da Fuvest**, em maio de 1992, com a participação dos professores Walter Sidney Pereira Leser, pioneiro na introdução dos exames objetivos no Brasil, Sérgio Costa Ribeiro, ex-coordenador da Cesgranrio e importante pesquisador das questões dos vestibulares, Maria Thereza Fraga Rocco, pesquisadora com significativa contribuição aos estudos de Teoria da Linguagem e dos exames de redação no vestibular, Heraldo Marelim Vianna, especialista em estudos de medidas educacionais e pesquisador na área dos exames vestibulares e Flávio Wagner Rodrigues, diretor executivo da Fuvest, desde 1989. Foram convidados a participar das discussões todos os membros do Conselho de Graduação, do Conselho Curador e da Diretoria da Fuvest e outros especialistas e interessados nas questões dos vestibulares.

Como será possível observar nos artigos subsequentes, os debates examinaram em profundidade questões concernentes às formas de organização do vestibular, às vantagens e desvantagens relativas dos testes de múltipla escolha e das perguntas dissertativas, às provas de redação, à influência dos exames vestibulares na orientação dos estudos de segundo grau, à eventual volta de testes de nível intelectual etc..

O Debate sobre os exames vestibulares da Fuvest teve conseqüências relevantes. As comunicações apresentadas e os debates subsequentes evidenciaram que havia urgente necessidade de correção de algumas distorções, especialmente na organização das provas da primeira fase. Ficou evidente, para os participantes, que as provas da primeira fase continham um número muito reduzido de questões, absolutamente insuficiente para possibilitar uma cobertura razoável dos programas das diversas disciplinas no ensino de segundo grau. Era preciso aumentar o número de questões e valorizar efetivamente, no processo avaliativo, os estudos realizados pelos candidatos no âmbito do ensino de segundo grau. Por outro lado, a Pró-Reitoria de Graduação entendia, também, que era necessário valorizar a avaliação de Português e de redação, considerando a possível influência desse procedimento nas orientações do ensino de primeiro e segundo graus.

Encontram-se aí, nesses estudos e nos debates subsequentes, os fundamentos para a elaboração de uma importante proposta de melhoria dos exames vestibulares, de autoria do professor Alceu Gonçalves Pinho Filho, atual Diretor Executivo da Fuvest (1995). Essa proposta, examinada e aprovada pelo Conselho de Graduação, seguramente contribuiu para o aperfeiçoamento dos exames vestibulares da USP.